

LEI 14.181/2021, SUPERENDIVIDAMENTO, IDOSOS E VULNERABILIDADES

Os vetos parciais sobre a Lei 14.181/21 e a promoção suficiente dos superendividados: uma ode às quatro culturas desperdiçadas do Direito do Consumidor

Partial vetoes on Law 14,181/21 and sufficient promotion of over-indebted people: an ode to the four wasted cultures of Consumer Law

FERNANDO RODRIGUES MARTINS, GUILHERME MAGALHÃES MARTINS e SOPHIA MARTINI VIAL.....

17

Núcleos de conciliação e mediação de conflitos nas situações de superendividamento: conformação de valores da atualização do Código de Defesa do Consumidor com a Agenda 2030

Conciliation and conflict mediation centres in situations of over-indebtedness: conforming the values of the update of the Consumer Defense Code with the 2030 Agenda

KÁREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO

49

A proteção dos consumidores idosos ante o superendividamento nos contratos de empréstimo consignado: contributo da Lei 14.181/2021

The protection of elderly consumers against overindebtedness in payroll loan contracts: contribution of Law 14,181/2021

Protección del consumidor anciano contra endeudamiento en exceso en contratos de préstamo nómina: contribución de la Ley 14,181/2021

JULIANE CARAVIERI MARTINS.....

69

A vulnerabilidade comportamental do consumidor

Consumer behavioural vulnerability

FERNANDO COSTA DE AZEVEDO e CAUÉ MOLINA ANDREAZZA.....

109

Direito à saúde, consumo de tabaco e vulnerabilidades: por que, no Brasil, as vulnerabilidades não são consideradas na distribuição dos encargos sociais?

Right to health, tobacco consumption and vulnerabilities: why are vulnerabilities not considered in Brazil's social charges distribution?

FERNANDA NUNES BARBOSA 131

ATUALIZAÇÃO DO CDC PARA O MUNDO DIGITAL: OS DADOS E O PL 3.514/2015

"Interpretação 4.0" do direito, inteligência artificial e algoritmos: entre disrupções digitais e desconstrutivismos

"Interpretation 4.0" of law, artificial intelligence and algorithms: between digital disruptions and deconstructivism

FERNANDO RODRIGUES MARTINS e KEILA PACHECO FERREIRA 153

A LGPD e o princípio da não discriminação

GDPL and the principle of non-discrimination

Laura Schertel Mendes, Marcela Mattiuzzo e Mônica Tiemy Fujimoto..... 175

Análise do design centrado no usuário em plataformas de sistemas reputacionais: o caso da plataforma ReclameAqui

Usercentered design analysis on reputational systems platforms: the case of platform ReclameAqui

ANTÔNIO CARLOS EFING e NICOLAS ADDOR 201

A responsabilidade civil do fornecedor quanto aos dados pessoais do consumidor: diálogo das fontes entre CDC e LGPD

Supplier's civil liability for consumer's personal data: dialogue of sources between CDC and LGPD

DÂNTON HILÁRIO ZANETTI DE OLIVEIRA e CINTHIA OBLADEN DE ALMENDRA FREITAS.... 225

TURISMO E TRANSPORTE AÉREO

União Europeia e as cláusulas de paridade nos contratos com agências de turismo *online*: evolução institucional e normativa

European Union and parity clauses in online tourism agencies contracts: institutional and normative evolution

ARDYLLIS ALVES SOARES 245

Competência: ação de indenização por atraso ou cancelamento de voo internacional com origem ou destino na UE contratado na forma de reserva unitária, mas envolvendo mais de um trecho e transportadoras aéreas diferentes

Jurisdiction: action for compensation for delay or cancellation of an international flight with origin or destination in the EU contracted in the form of a unitary reservation but involving more than one segment and different air carriers

HANNAH GEVARTOSKY..... 277

PROCESSO CIVIL DE CONSUMO E AÇÃO COLETIVA

Código de Defesa do Consumidor e Ação Coletiva – Legitimação das Associações e inúmeros problemas por elas enfrentados

Consumer Defense Code and Class Action – Legitimation of Associations and numerous problems faced by them

KAZUO WATANABE..... 307

A aplicação do regime jurídico da coisa julgada sobre questão prejudicial nas ações coletivas

The application of the legal regime of res judicata on a preliminary question in collective actions

GUSTAVO SILVA ALVES 323

Online Dispute Resolution e acesso à justiça em litígios consumeristas envolvendo comércio eletrônico no âmbito do Mercosul

Online Dispute Resolution and access to justice in consumer disputes involving electronic commerce within Mercosur

TATIANA CARDOSO SQUEFF e FELIPE SIMOR DE FREITAS..... 347

FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS E CLÁUSULAS ABUSIVAS

Conceito estrutural e funcional de contrato e a sua atualidade

Structural and functional concept of contract and its actuality

LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA..... 379

A qualificação registral imobiliária de cláusulas abusivas consumeristas: uma análise sobre a qualificação dos contratos integrantes do projeto de loteamento

The real estate registration qualification of abusive consumer clauses: an analysis on the qualification of the contracts part of the allotment project

LAURO ISHIKAWA, LORRUANE MATUSZEWSKI MACHADO e THIAGO LOPES MATSU-SHITA.....

397

NOTAS SOBRE LEGISLAÇÃO

Nota técnica do Brasilcon sobre a manutenção dos vetos da Lei 14.181/2021

Technical opinion of Brasilcon on the maintenance of vetoes of Law 14,181/2021

FERNANDO RODRIGUES MARTINS, CLARISSA COSTA DE LIMA, GUILHERME MAGALHÃES MARTINS, SOPHIA MARTINI VIAL e CLAUDIA LIMA MARQUES.....

417

Comentários à resolução do Mercosul de Proteção ao Consumidor hipervulnerável – MERCOSUL/GMC/RES. 11/2021

Comments to the Mercosur Resolution on the Protection of Hypervulnerable Consumers – MERCOSUR/GMC/RES. 11/2021

CLAUDIA LIMA MARQUES.....

421

COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Indústria farmacêutica tem indenização por dano moral majorada em decorrência da ausência de informação em bula de medicamento sobre os efeitos colaterais que causaram quadro patológico de compulsão por jogo na paciente

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO

437

É abusiva a inclusão de novos serviços no plano de celular sem autorização e/ou consentimento do cliente

HELOISA CARPENA

446

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AVIAÇÃO CIVIL – Extravio de bagagem em voo internacional – Responsabilidade da companhia aérea – Aplicabilidade do limite indenizatório estabelecido na Convenção de Varsóvia – Admissibilidade – Aplicação de normas e tratados internacionais em detrimento ao Código de Defesa do Consumidor – Inteligência do art. 178 da CF/1988 475

Suprema Corte decide pela aplicabilidade das normas e tratados internacionais em detrimento ao Código de Defesa do Consumidor, em ação de indenização por dano material decorrente de extravio de bagagem, em voos internacionais

MARIA LUIZA BAILLO TARGA 477

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJ/MG não pode exigir prévia negociação como condição para aferição do interesse processual, ato normativo que cria obrigações novas inexistentes na legislação

LUIS ALBERTO REICHELT, CAMILA VICTORAZZI MARTTA E ALAN JECE BALTAZAR 489

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

Tribunal afasta o efeito suspensivo e mantém a decisão agravada acerca da limitação dos descontos de parcelas de empréstimo consignado em até 30% do valor recebido, o qual que tem por objetivo suprir as necessidades básicas de sobrevivência do devedor

ANDRÉIA FERNANDES DE ALMEIDA RANGEL 505

RESENHAS

Diálogos entre Direitos Humanos, Direito do Consumidor, *Compliance* e Combate à Corrupção

MARCELO SCHENK DUQUE 513

Resenha do livro de Daniela Corrêa Jacques Brauner, Igualdade, Diversidade e Vulnerabilidade

CLAUDIA LIMA MARQUES 517

TABLE OF CONTENTS RDC 138..... 527

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA... 531